

PERIGO! - A DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS COMENTÁRIOS DE UMA NOTÍCIA

Lia Caroline dos Santos Siqueira
Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina
liasiqueira1996@hotmail.com

Angelica Silvana Pereira
Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina
angelica.cedufsc@gmail.com

Simpósio Temático nº 01 – "Meninos Vestem Azul": A Permanência Da Importância Dos Estudos Da(S) Masculinidade(S) Para As Ciências Sociais

RESUMO

Nesta comunicação apresentaremos os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo identificar as principais representações de gênero e de sexualidade acionadas pela opinião pública nos comentários postados sobre a docência masculina na Educação Infantil (EI), a partir de uma matéria jornalística de grande circulação, que tematizou o Projeto de Lei nº 1174/2019, tramitado no Estado de São Paulo, visando a proibição da realização de algumas atividades de higiene e de cuidado com crianças, por parte de professores homens. O trabalho, realizado à luz dos estudos de gênero e de sexualidade, se propôs a tencionar os debates correlacionados à feminização docente e a presença de professores homens na Educação Infantil. Para tal, teve-se como lócus um portal de notícias da internet acessado em larga escala, mais especificamente uma seção voltada para mães e filhos. O percurso metodológico do trabalho consistiu em etapas de leitura de aproximadamente seiscentos comentários, seleção dos mais relevantes e análise de trinta deles. Os resultados mostraram duas principais representações associadas à docência masculina: a do homem pedófilo e do homem gay, ambas vinculadas a um tipo de pânico moral em relação à presença de homens na Educação Infantil, manifestado por meio de discursos cisheteronormativos, LGBTQIfóbicos e machistas sobre o tema.

Palavras-chave: Professores homens, Educação Infantil, Masculinidades, Gênero, Sexualidade.

ABSTRACT

In this paper we will provide results for a piece of research aiming at identifying main representations of gender and sexuality presented by public opinion in observations about male teaching in Child Education, based on a large newspaper material which has analysed the Draft Bill n. 1174/2019 following in Sao Paulo to ban some children hygiene

and care activities to be conducted by male teachers. The work from the perspective of gender and sexual studies has sought to encourage debates about female teaching and presence of male teachers in child education. For this, the locus was a news portal highly accessed specifically in a section targeted of mothers and children. The methodological path has consisted of reading about six hundred comments, selection of the most relevant ones and analysis of thirty out of all. Results showed two main representations associated to male teaching: a male paedophile and a gay man, both linked to a kind of moral panic for presence of men in child education, expressed by cisgender, LGBTQIphobic and chauvinist discourses about the matter.

Keywords: Male teachers, Child education, Masculinities, Gender, Sexuality.

INTRODUÇÃO

Nesta comunicação apresentaremos parte dos achados de uma pesquisa que se propôs a analisar representações da docência masculina na Educação Infantil na opinião pública manifestada nos comentários de uma matéria jornalística de grande circulação, que tematizou o Projeto de Lei nº 1174/2019, de autoria das deputadas Janaina Paschoal, Leticia Aguiar e Valeria Bolsonaro, apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O projeto foi tramitado no segundo semestre de 2019, e dispõe sobre a exclusividade de profissionais do sexo feminino realizar os cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil, trazendo outras providências a esse respeito.

A notícia intitulada “Projeto de Janaina Paschoal proíbe homem de dar banho em crianças em escolas”, escrita pela Luiza Souto¹, foi publicada no site “UOL - Seu universo *online*”, em uma das seções chamada UNIVERSA que possui conteúdos de moda, horóscopo, relacionamentos, beleza etc. Dentre os assuntos abordados no *website*, há também temas direcionados para Mães e Filhos, por meio do *link* “INSPIRA”, onde estava situada a referida notícia, datada de 29/10/2019, sendo composta por aproximadamente três páginas.

Até a data de início das análises da pesquisa, em março de 2021, a matéria havia suscitado seiscentos e um comentários acerca da atuação de homens na Educação Infantil, possibilitando a identificação de representações de gênero e de sexualidade de maior recorrência presentes nestas postagens, evidenciando, sobretudo, ideias de masculinidade perigosas, associadas a pedofilia e a homossexualidade.

A pesquisa foi realizada durante a pandemia da COVID 19, o que potencializou a *internet* como *locus* para análises, já que espaços virtuais se tornaram lugares oficiais da

vida. No entanto, há anos a *internet* vem se configurando num espaço/campo de pesquisas, também para nós, das Ciências Humanas.

De acordo com André Lemos (1999), a *internet* e os dispositivos tecnológicos têm afetado e tem produzido modos pelos quais as pessoas estudam, trabalham, se divertem, se comunicam, se relacionam, namoram, ampliam e sustentam suas amizades etc. Os diversos contornos das atividades e dos relacionamentos construídos cotidianamente estão cada vez mais atravessados pelas ferramentas da *internet*.

O *corpus* de análise foi composto por trinta comentários, os quais foram selecionados após um processo de minuciosa leitura de todas as seiscentas e uma postagens sobre a notícia. Nesse processo foi possível notar que a grande maioria deles evidenciaram representações de masculinidades docentes como perigosas, principalmente para o exercício da profissão com crianças da Educação Infantil. Vale ressaltar que este perigo não está relacionado à masculinidade hegemônica, heteronormativa e sim, à homossexualidade e à ideia de que todo homem é um possível abusador, principalmente quando é um homem homossexual. Estas representações são parte de um conjunto de discursos que naturalizaram a docência com crianças como um ofício feminino.

ALGUMAS FERRAMENTAS CONCEITUAIS DA PESQUISA: FEMINIZAÇÃO DOCENTE E PEDOFILIZAÇÃO

A existência de poucos estudantes homens no curso de Pedagogia é proveniente de um conjunto de significados sobre masculinidade e feminilidade no contexto social, entre eles, o processo de feminização docente, que se desenhou a partir de interesses econômicos, marcados pelo sexismo.

No Brasil, desde a criação das Escolas Normais, em meados do século XIX, mulheres e homens exerciam atividades diferentes, em classes separadas, preferencialmente em turnos e instituições diferentes. No entanto, a entrada cada vez maior de mulheres nesta formação foi um marco no processo de feminização do magistério, o que de acordo com Guacira Lopes Louro (2004, p. 376) foi considerado por setores da sociedade como “uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente

despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu “desuso” a educação das crianças”. A autora ainda enfatiza que o processo se deu através de resistências e que a saída crescente dos homens da sala de aula também está vinculada ao processo de urbanização e industrialização, sendo ofertadas outras oportunidades de trabalho.

Conforme Zélia de Brito Fabri Demartini e Fátima Ferreira Antunes (1993, p. 12) durante a massiva chegada das mulheres em sala de aula, os homens que assumiam a docência no magistério eram rapidamente remanejados a outros postos como “diretores, supervisores, formadores de professores, delegados de ensino, chefes da instrução pública etc”. Dessa forma, os homens nunca saíram, de fato da escola, pois exercem ainda nos dias atuais e em maior número, cargos de maior prestígio e remuneração.

O que podemos observar é que a atividade docente, que não raras vezes, ainda é entendida como vocação e atributo das mulheres, não emerge de uma simples escolha. A identificação com a profissão está totalmente imbricada com o gênero, a sexualidade, a raça, a geração, idade, classe, entre outros marcadores sociais. Desse modo, podemos afirmar que o cuidado e a educação de crianças não faziam parte dos atributos femininos como algo dado, e que tais indicativos foram sendo constituídos histórica e culturalmente. Ao se referir à educação e ao cuidado, tanto Louro (1997, 2004), quanto Fernanda Francielle de Castro (2014) dissertam que por muito tempo, professoras eram vistas como corpos assexuados e a formação para o exercício da docência foi [e continua sendo] baseada no universo masculino, a começar pelo modo como professoras são nomeadas: o professor, no masculino e no singular. Professoras eram vistas sob a ótica de um ordenamento masculino do mundo, no intuito de neutralizar questões de gênero (CASTRO, 2014, p.42).

Segundo Louro (1997) desde cedo as meninas aprendem a se sentir incluídas em falas que englobam o masculino generalizante e nos questiona: será que somos incluídas ou invisibilizadas? A autora argumenta que em uma plateia repleta de professoras e que possui somente um homem, a norma linguística e social institui que a palavra professores é a mais adequada e correta.

No entanto, este processo chamado de *feminização da docência* por grande parte da literatura que analisa a profissão docente, à luz dos estudos de gênero, vem sendo questionado, por um suposto aumento do número de homens nos cursos de Pedagogia, e com efeito, com a chegada desses homens nas instituições de ensino, causando certo

incômodo quando se trata da atuação desses profissionais na Educação Infantil, que atende crianças até os seis anos de idade.

O sentimento de medo causado pela presença masculina nos núcleos de Educação Infantil identifica-se por dois fatores principais: a ameaça de violência/abuso sexual e a homossexualidade, compreendida enquanto contágio.

Conforme a Análise Epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, entre o ano de 2011 a 2017, compreendem-se como violências sexuais:

[...] os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, que podem se manifestar das seguintes maneiras: abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas; pedofilia; voyeurismo; manuseio; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Ademais, se consideram os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos (BRASIL, 2018, p. 3).

Entre as violências citadas acima, destaca-se que cerca de 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino² e 14.996 (25,8%) eram do sexo masculino; em torno de 3,3% eram crianças com deficiência ou transtorno. Dentre as notificações de violência sexual contra meninas entre a faixa etária de 1 a 5 anos são de 51,9% e entre 6 a 9 anos são de 42,9%; do total de casos registrados contra meninas 46,0% são negras. Os meninos entre a faixa etária de 1 a 5 anos são de 48,9% dos casos e entre 6 a 9 anos são de 48,3%; do total de casos registrados de meninos 44,2% são negros.

De acordo com a inclusão da Lei nº 12.015, de 2009, no Código Penal, em seu artigo 217-A, o estupro de vulnerável consiste em “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”, podendo cumprir pena de 8 a 15 anos de prisão. O interesse por crianças também é considerado um transtorno parafílico, ou seja, são preferências por atividades que podem causar danos tanto para elas, quanto para outras pessoas (DSM-5, 2014).

Em relação às violências sexuais contra crianças, destaca-se que a grande maioria delas é praticada por pessoas – geralmente homens – que fazem parte da família ou por pessoas próximas, como amigos, vizinhos etc, e acontecem dentro da casa da própria

vítima. Este dado, constante nos relatórios sobre violência no Brasil, é fundamental para se compreender a complexidade das violências de gênero e sexuais e suas conexões com a matriz cisheteronormativa.

Outro aspecto importante para pensar discursos sobre a docência masculina na Educação Infantil diz respeito à pedofilização, conceito cunhado por Jane Felipe (2006) que aponta para as contradições da sociedade contemporânea que articula leis e estatutos em defesa e proteção das crianças, mas que em contrapartida investe massivamente em veículos midiáticos que promovem o consumo dos corpos infantis, por meio de comportamento, vestuário e falas de cunho erotizados. Se os portais de comunicação transformam os corpos de crianças em objeto de desejos e excitações de adultos, através da sedução e da sensualidade, “afinal quem é mesmo pedófilo?” (FELIPE, 2006). Não trata aqui de negar a existência da pedofilia, enquanto transtorno sexual e crime, mas de pensar nos modos como ela é produzida discursivamente na sociedade e os paradoxos da sua produção.

A autora Louro (2000) elucida que a escolha de corpos que serão desejados se constrói socialmente e acrescenta que a "direção do interesse erótico" se estrutura a partir das possibilidades de vivenciar a sexualidade e essas carregam significados culturais e particulares. Adriana Peixoto Câmara (2007) aponta que os veículos de informação e entretenimento utilizam de imagens eróticas de mulheres trajadas com roupas infantis para o acesso de um público masculino heterossexual. O contrário também acontece com as meninas que se tornam objetos de consumo e desejo ao corporificar a imagem de uma pequena mulher sedutora e consumidora, mas que também é consumida.

As/os autoras/es Cristiano Eduardo da Rosa e Jane Felipe (2019) evidenciam que a pedofilização também pode ocorrer dentro da própria casa da criança:

A prática da pedofilização ocorre de variadas maneiras e em diversas instâncias. Dentro da própria residência da criança ela pode ter aproximação com materiais – revistas, publicidades, programas televisivos e conteúdos online – que enaltecem a erotização dos corpos infantis. Muitas crianças também estão sujeitas a adultos inescrupulosos que se aproveitam delas para praticar abusos/violências sexuais de maneira contínua e silenciosa (ROSA; FELIPE, 2019, p. 5).

Como já mencionamos, das violências/abusos sexuais contra crianças em torno de 69,2% ocorreram na residência da vítima, sendo 62,0% registrados como estupro e que 33,7% aconteceram mais de uma vez. Do total de ocorrências registradas, 81,3% dos

agressores são do sexo masculino e 37,0% possuíam vínculo familiar com a vítima, 27,6% são amigos/conhecidos, 28,9% possuem outros vínculos com a vítima e 6,5% são desconhecidos (BRASIL, 2018).

Os dados acima relevam que os agressores são em maior quantidade homens e estão em grande parte dentro do ambiente doméstico ou possui algum vínculo com a vítima. Importante ressaltar que a categoria vínculo familiar tem como opção a mãe, pai, madrasta, padrasto e irmão (BRASIL, 2018).

Além do discurso falacioso que dissemina que o ambiente doméstico é um lugar de proteção e cuidado, o mesmo acontece com os discursos voltados para a pedofilia e a homossexualidade, vistas como sinônimas e constituintes de um único corpo, segundo Laura Lowenkron (2012):

Suponho que um dos motivos pelos quais os gays masculinos são particularmente suspeitos de “pedofilia” deve-se ao pressuposto de que a homossexualidade e a pedofilia são transmitidas intergeracionalmente por meio do mesmo processo: o chamado “ciclo do abuso”. Além disso, é possível reconhecer um esforço moral e político concreto de deslocamento e borramento de estigmas e “perversidades” por parte de alguns atores sociais – como alguns religiosos – que se esforçam em juntar “homossexuais” e “pedófilos” em um mesmo “pacote da imoralidade sexual”. Vale lembrar que o próprio Senador Magno Malta, presidente da CPI da Pedofilia, é um dos ferrenhos opositores da criminalização da “homofobia”. Um de seus argumento[s], como já foi mencionado, é que “pedófilos” poderiam se beneficiar desta lei, reivindicando a aceitação (ou “não discriminação”) de sua “orientação sexual” (LOWENKRON, 2012).

Além disso, o mesmo também acontece com homens negros que são considerados hiper sexualizados, ou seja, insaciáveis, ativos e violentos. Dessa forma, a quem interessa associar a pedofilia às relações homoafetivas e étnico-raciais? Quem se beneficia ao incriminar professores homens de pedofilia na Educação Infantil?

HOMENS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPRUDÊNCIA E PERIGO

A ideia da atuação de homens como professores na Educação Infantil foi representada como imprudência e como perigosa por parte expressiva dos comentários analisados, reafirmando que este campo profissional compete às mulheres, como se pode observar a seguir:

Pelo que pude perceber poucos aqui são profissionais da educação e expressam opinião baseados em senso comum. Desde o ambiente familiar poucos são os pais que cuidam ativamente (não uma vez ou outra) da higiene íntima das crianças. As crianças por si só entendem que isto é um papel maioritariamente feminino. (Comentário de Isaque César)

O comentário acima, remete a uma concepção de docência gerada pelos cuidados maternos e pelo amor incondicional que mulheres carregam como padrões de comportamentos no desempenho da função. O cuidado e a educação de crianças pequenas foram construídos historicamente como um atributo feminino, que reverberou na compreensão social da docência como profissão de mulheres. Nessa direção, Louro (1997) salienta que na trajetória da construção da docência, as professoras chegaram a ser compreendidas como “mães espirituais” (LOURO, 1997, p. 97), em que cada aluna ou aluno deveria ser considerado/a como seu próprio filho ou filha.

Alessandra Arce (2001) argumenta que a Educação Infantil carrega as marcas e a herança cultural que ainda hoje é entendida como a extensão do ambiente doméstico, principalmente nos primeiros anos de vida das crianças. Isto tem relação com a nomeação das professoras da Educação Infantil e Anos Iniciais como “tias”. De acordo com Paulo Freire (1997), é preciso recusar a identificação da tia, pois essa falsa atribuição de parentesco, contribui com a fantasia de que “[...] boas tias, não devem brigar, não devem rebelar-se, não devem fazer greve (FREIRE, 1997, p.9)”. Além disso, reitera a desqualificação profissional implicada nesta relação forçada de parentesco. Segundo Louro (1997, p. 105), as tias ou solteironas “usufruía de certas prerrogativas masculinas”, pois possuíam uma educação mais elevada e certa autonomia financeira devido ao fracasso no casamento.

Outro fator interessante nos fragmentos é a ligação dos cuidados paternos com a docência masculina nas creches e pré-escolas, como se observa a seguir:

[...] Cara, coisa de louco isso!!! Vai proibir os pais de darem banhos nas filhas??? Como se todos fossem monstros??? É o fim a velha ideia de lei para proibir ao invés de educar... (Comentário de prydh – grifos mantidos de acordo com a postagem)

As estatísticas mostram que a residência de crianças vítima de violência/abuso é o local onde existe a maior taxa de denúncias, assim como são os familiares e conhecidos os seus agressores, ou seja, é essencial problematizar essa romantização referente à constituição de família como um lugar totalmente seguro.

Além disso, é preciso salientar que a profissão ao ser vinculada a deveres maternos e paternos, aciona a ‘velha’ representação de que as creches, pré-escolas e escolas são uma extensão da família e se alinha à lógica heteronormativa nos espaços educativos. Nesse sentido, a ideia de paternidade corrobora também a desvalorização de professores homens e possui o mesmo viés de que boas professoras são mães.

[...] Conheci um cuidador de creche que obrigado a fazer higiene pessoal das crianças foi confundido como sendo abusador pela própria criança. Os pais denunciaram e está respondendo processo até hoje. Vai perguntar a ele se esta lei está correta? (Comentário de Isaque César)

É imprudência o homem, no ambiente escolar, aceitar a função de banhar a filha alheia. A vulnerabilidade dele será grande. Basta um pai ou uma mãe descontrolada, a criança revelar algum pormenor de conversa com o encarregado de banhá-la, e a interpretação daqueles poderá levá-lo a 12 anos de reclusão. Mainha, o tio pediu para ver a cor da minha calcinha, disse a criança à mãe, referindo-se ao encarregado naquela instituição escolar, de banhá-la. Ele pedira-lhe para se despír para ser banhada, e sem dolo, travou aquele diálogo inapropriado. A mãe deu uma conotação libidínosa ao fato, a Polícia tratou o caso como estupro de vulnerável, e o pobre homem viveu o pesadelo da sua vida. São inúmeras as circunstâncias nas quais o homem, ao aceitar o encargo, poderá ser enredado em estupro de vulnerável. De modo a se aconselhar ao candidato a esse emprego: fique longe dele, recuse a oferta. O diabo matou a mãe com uma coronha. (Comentário de Basilio de Queiroz)

Conforme os excertos, os professores homens são acusados ou confundidos com alguma frequência, como pedófilos. Não se trata, neste trabalho, em averiguar a verdade sobre as narrativas supracitadas, mas sim, tencionar as representações de masculinidade presentes nelas. A autora Felipe (2006) observa que tais aspectos fazem com que professores homens na Educação Infantil evitam ficar sozinhos com as crianças, principalmente na troca de fraldas, na hora do banho e para levar ao banheiro. Essas medidas protetivas são por ocuparem um lugar de desconfiança, simplesmente por permanecerem em uma profissão construída, culturalmente, como feminina.

Trabalho na educação em área administrativa e já ouvi essa conversa das próprias servidoras que tem essa função. A maioria delas, de cabeça pequena, vê o homem como tarado, chega a ser tanta a paranoia que questionadas se elas confiaram à função no filho dizem que não. Existem raros casos de homens trabalhando em creches e nenhum deles dá banho em meninas, por recomendação da direção a pedido dos pais. (Comentário de John A.)

O medo faz com que esses professores assumam um papel de autovigilância na docência com crianças pequenas. Seja no modo como pegam no colo, nas brincadeiras de interação com o corpo, no acolhimento e nos gestos de afetividade. Todos esses cuidados podem gerar um não pertencimento, como se aqueles homens estivessem fora do lugar, ou seja, um não lugar do homem no cuidado e na educação (JANEI; MACHADO, 2020; OLIVEIRA; FINCO, 2020; PRADO; ANSELMO; FERNANDES, 2020; SILVA *et al.*, 2020).

Segundo as autoras Dalila Castellino de Vasconcelos; Lucivanda Cavalcanti Borges e Nádia Maria Ribeiro Salomão, (2020), os olhares de estranhamentos não são somente de pais, mas também das próprias colegas de trabalho. É recorrente as professoras e as/os diretoras/es sugerirem que o professor mude para turmas de crianças maiores ou questionarem o porquê de estarem naquela profissão. De fato, as professoras ‘de cabeça pequena’ estavam defendendo o seu lugar enquanto mães na segurança das suas/seus filhas/os. Porém, diante da formação que possuem, são evidentes as lacunas existentes nos debates de gênero e sexualidade na formação inicial.

Nesse sentido, a alternativa não é afastar os homens da profissão de pedagogos. Pelo contrário, é necessário criar estratégias para que cada vez mais as porcentagens de atuação aumentem, possibilitando a transgressão de uma masculinidade hegemônica, pautada em relações de gênero fixas. Dessa forma, torna-se importante disputar nos currículos da formação inicial em Pedagogia, disciplinas obrigatórias que contemplem os debates de gênero e sexualidade na educação. Sem justificativas para a falta de tempo, pois em uma graduação que tem duração em média de quatro anos, precisa inserir essas temáticas no currículo, ainda mais em um curso composto, predominantemente, por mulheres. No que diz respeito às creches, pré-escolas essa temática precisa estar presente nas reuniões com as famílias, nos eventos voltados para a comunidade externa e, sobretudo, nas formações continuadas das/os profissionais em educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos comentários foi possível identificar o alerta de perigo que é acionado quando homens desenvolvem funções de cuidado, com base na vulnerabilidade dos corpos infantis, principalmente das crianças pequenas, gerado pelo medo da pedofilia, que pareceu mais associada ao pânico da homossexualidade do que à ideia masculinidade hegemônica. Ressaltamos, assim, a ligação entre pedofilia e homossexualidade, e compreensão equivocada desses distintos conceitos como sinônimos, atribuindo aos dois aspectos de anormalidade, perversão e doença.

Além disso, observamos pelos comentários, o pânico moral em relação a professores homens, como possíveis violentadores sexuais nos espaços de Educação Infantil, sendo que a maior incidência de violências/abusos acontece na residência das vítimas.

Constatamos ainda, que os comentários escolhidos, em sua maioria, apresentaram um discurso de ódio como pano de fundo, ora mais sutil, ora de forma deliberada, para expressar livremente a homofobia, machismo, transfobia, conservadorismo, entre outros. Ressaltamos também que não houve menção relacionadas às questões relativas à formação inicial para professoras/es nos seiscentos e um comentários, tornando evidente a desvalorização docente na Educação Infantil. Diante disso, entendemos que discussões acerca da presença de professores homens atuando na Educação Infantil, bem como a feminização da docência se faz cada vez mais necessária nos Cursos de Pedagogia, na formação continuada de professores e professoras e nas instituições educativas da educação básica.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 167-184, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000200009>. Acesso em: 19/03/2020.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Boletim Epidemiológico, v. 49, n. 27, 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 18/03/2021.

CÂMARA, Adriana Peixoto. Masculinidade heterossexual e pedofilização: apontamentos iniciais para um debate. **Revista Ártemis**: v. 6, p. 49-57, 2007.

CASTRO, Fernanda Francielle de. **O giz cor-de-rosa e as questões de gênero: os desafios de professores frente à feminização do magistério.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bento do Campo, 2014.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 5-14, 1993.

DSM V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 26, p. 201-223, 2006.

FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero, sexualidade e infância: temas. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Org.). **Para pensar a docência na Educação Infantil.** Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 236-248.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** São Paulo: Olho d'Água, 1997.

JANEI, Vitor; MACHADO, Silvio Ricardo Munari. “Doces bárbaros”: por uma nova sensibilidade dos professores homens na Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, p. 710–725, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p710>. Acesso em: 10/03/2021.

LEMOS, André. Ciber-socialidade – tecnologia e vida social na cultura contemporânea. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene; PINTO, Milton José (Orgs.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea.** São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 9-22.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**: v. 25, n.2, p. 59-76, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 1-571.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos.** 2012. 395 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Vinicius Expedito Mena de; FINCO, Daniela. “Enfrentei muitas tempestades como professor de Educação Infantil”: um debate sobre identidade docente e homossexualidade masculina. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, p. 580–604, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p580>. Acesso em: 10/03/2021.

PRADO, Patricia Dias; ANSELMO, Viviane Soares; FERNANDES, Isabela Signorelli. Professores homens da Educação Infantil: narrativas e (des)encontros entre corpos,

brincadeiras e cuidados. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, p. 605–631, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p605>. Acesso em: 15/03/2021.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Pedofilização como prática social contemporânea: um conceito para pensar as violências sexuais e de gênero contra as infâncias. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 12., 2019, Novo Hamburgo. **Anais do XII Seminário de Pós-Graduação**. Novo Hamburgo: Anais, 2019. p. 1455-1461.

SILVA, Peterson Rigato da; *et al.* Homens na Educação Infantil: propostas educativas açucaradas? Questões de gênero na educação da pequena infância. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, p. 507–528, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p507>. Acesso em: 15/03/2021.

VASCONCELOS, Dalila Castelliano de; BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. O professor homem na Educação Infantil: o que pensam pais, mães e educadoras? **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, p. 480–506, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p480>. Acesso em: 11/03/2021.

¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/29/reservar-as-mulheres-cuidados-intimos-em-creches-e-para-salvar-diz-janaina.htm>. Acesso em: março de 2021.

² Manteve-se a ideia de sexo, e não de gênero, conforme apresentado no documento original.